



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBOVESPA nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,23% São Paulo	175.546 167.491	R\$ 5,179 (+0,37%)	R\$ 1.621	R\$ 5,969	13,90%	13,87%	Marco/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07
0,04% Nova York	7/8 10/8 11/8 12/8	Últimos 5/8 5,128 6/8 5,107 7/8 5,083 10/8 5,110 11/8 5,160					

POLÍTICAS PÚBLICAS

Desigualdade de renda persiste no Brasil

Relatório aponta melhora em 71% dos indicadores analisados, mas alerta para aumento da diferença entre ricos e pobres

» EDLA LULA
» DANANDRA ROCHA

O Brasil registrou avanços em áreas, como emprego, renda, segurança alimentar, educação, saúde e meio ambiente, mas ainda convive com desigualdades estruturais que limitam a distribuição desses ganhos entre a população. É o que aponta a quarta edição do relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, divulgada ontem, no Salão Nobre do Congresso Nacional, em Brasília.

Ao analisar os números referentes ao ano de 2025, o levantamento aponta o agravamento da concentração da renda. O relatório registra que o Brasil chegou em 2024 com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,805, “ingressando, pela primeira vez, no grupo de países com muito alto desenvolvimento humano.”

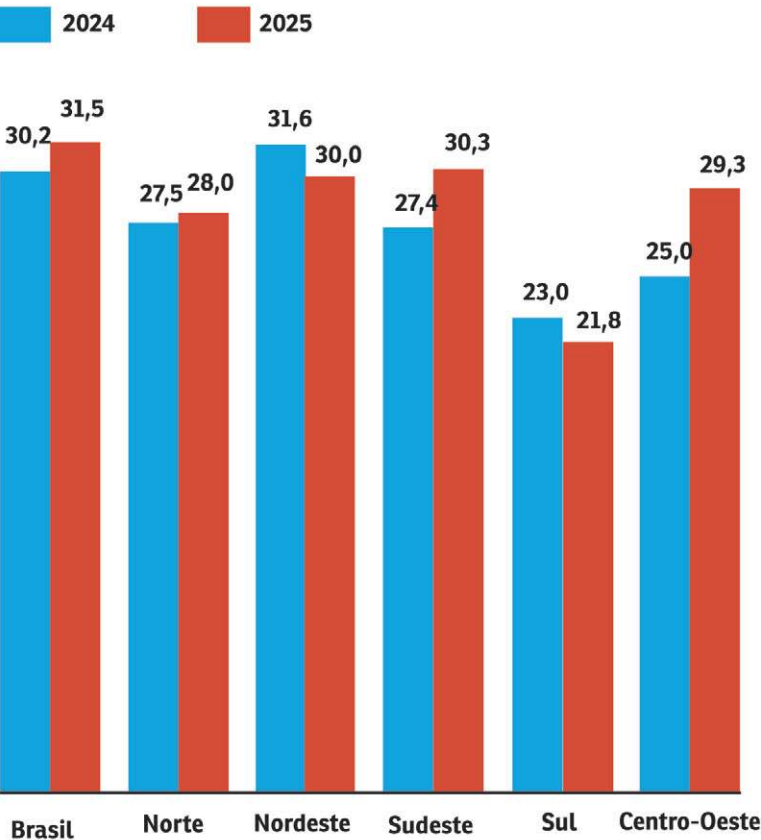
Segundo o relatório, no entanto, o rendimento médio do 1% mais rico — que em 2024 era 30,2 vezes superior ao dos 50% mais pobres — passou a ser 31,5 vezes maior, “evidenciando que os ganhos do crescimento econômico continuam sendo apropriados de forma altamente concentrada.”

No mercado de trabalho, revelam os números, as mulheres seguem com remunerações inferiores às dos homens. “A situação das mulheres negras permanece a mais desfavorável: além de receberem pouco mais de 40% do rendimento dos homens não negros, continuam atuando nos segmentos de menor remuneração.”

Produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o relatório é uma iniciativa do Observatório Brasileiro das Desigualdades, criado em 2023, a partir do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. A iniciativa reúne organizações

Fosso maior

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos 1% mais ricos em relação aos do 50% mais pobres. Brasil e Grandes Regiões. 2024 e 2025 (em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Qualidade de vida

Indicador usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 193 países para medir a qualidade de vida das pessoas. Quanto mais perto de 1, melhor o desenvolvimento humano do país

e redes da sociedade civil, associações de municípios, centrais sindicais, entidades de classe e representantes dos três Poderes.

O levantamento divulgado ontem atualiza 48 indicadores sociais, econômicos, ambientais e políticos referentes ao país. Os dados são organizados em oito áreas temáticas e consideram recortes de renda, raça/cor, gênero e território. Segundo o balanço, 71% dos indicadores apresentaram melhora em relação ao período anterior. Seis registraram piora e cinco permaneceram praticamente estáveis.

“O conjunto dos indicadores revela que o Brasil voltou a apresentar avanços sociais importantes, mas também confirma que a redução

das desigualdades continua sendo o principal desafio para o desenvolvimento do país. Os resultados reforçam que crescimento econômico, geração de empregos e ampliação da renda, embora fundamentais, não são suficientes por si só para superar desigualdades estruturais construídas historicamente”, indica o documento.

Entre os resultados positivos estão a redução da taxa de desocupação, que chegou a 5,6%, o aumento do rendimento médio real e a queda da pobreza monetária. O relatório também registra redução da

insegurança alimentar moderada e grave, queda do analfabetismo e aumento da frequência de crianças em creches. Na área ambiental, houve diminuição das emissões de gases de efeito estufa e do desmatamento.

A população negra continua em situação desfavorável na maior parte dos indicadores analisados. Norte e Nordeste, por sua vez, permanecem concentrando os piores resultados sociais em diferentes áreas.

Entre os indicadores que pioraram estão ainda o peso do aluguel sobre a renda das famílias, o número

de pessoas vivendo em áreas de risco geológico e a participação da população negra no sistema prisional. Já a escolarização líquida no ensino fundamental, o acesso à internet e a progressividade da tributação da renda ficaram praticamente estáveis.

Durante o lançamento, o vice-líder do governo na Câmara, deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) destacou a importância dos dados para orientar a formulação de políticas públicas. Para ele, a redução de alguns indicadores não elimina problemas históricos de distribuição de renda e acesso a direitos.

O parlamentar citou como avanços recentes a geração de empregos, o crescimento da renda e a redução da pobreza e da insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, ressaltou que os resultados positivos não significam que o problema da desigualdade tenha sido superado.

“Tem notícias boas, tem desafios estruturais, tem problemas sistêmicos e caminhos que precisamos avançar para produzir justiça social, justiça racial, justiça de gênero e justiça ambiental”, disse.

Vieira também chamou atenção para a diferença entre a melhora dos indicadores médios e a distribuição dos ganhos econômicos. Segundo ele, mesmo com a redução da pobreza, a concentração de renda pode continuar aumentando. “Você pode ter uma maior concentração de renda, mesmo diminuindo, por exemplo, a pobreza monetária, porque é uma engenharia histórica concentradora de renda”, afirmou.

A avaliação também foi destacada por Eutália Barbosa, secretária-executiva do Ministério das Mulheres. “Nós precisamos racializar o nosso estudo do Ministério das Mulheres”, afirmou a secretária.

Ela defendeu que políticas públicas voltadas às mulheres devem considerar as diferenças raciais.



AGRONEGÓCIO

Recuperações judiciais no agro avançam 21,9%

» RAFAELA GONÇALVES

Os pedidos de recuperação judicial no agronegócio chegaram a 474 no primeiro trimestre de 2026, alta de 21,9% em relação ao mesmo período de 2025, segundo levantamento da Serasa Experian. O número também supera os 408 pedidos registrados no quarto trimestre do ano passado, embora permaneça abaixo do pico de 628 solicitações observado no terceiro trimestre de 2025.

O avanço ocorre em um cenário de crédito mais restrito, custos elevados e maior endividamento, apesar das perspectivas de uma nova safra recorde. Em 2025, produtores rurais e empresas ligadas ao agronegócio haviam registrado 1.990 pedidos de recuperação judicial, recorde da série histórica iniciada pela Serasa Experian em 2021.

“O ambiente de crédito mais seletivo, combinado à manutenção de custos elevados de produção e ao maior nível de alavancagem dos produtores, continuou afetando o fluxo de caixa no campo”, afirmou Marcelo Pimenta, head de agronegócio da Serasa Experian.

Segundo ele, a evolução do cenário dependerá da geração de receita, das margens e das condições de renegociação das dívidas. “Por isso, reforçamos que renegociar e manter um planejamento financeiro deve ser prioridade enquanto a recuperação judicial precisa permanecer como o último recurso”, disse.

Os produtores rurais que atuam como pessoa jurídica responderam por 196 pedidos no primeiro trimestre, alta de 73,5% em um ano e maior crescimento entre os perfis analisados. Já os produtores pessoa física somaram 182 solicitações, queda de 6,7%. Outros 60 pedidos foram feitos por produtores classificados como pessoa física “sem propriedades”, categoria que pode incluir arrendatários.

Entre os estados, Mato Grosso liderou, com 135 pedidos, seguido por Goiás, com 73, Paraná, com 50, e Mato Grosso do Sul, com 38. No recorte por atividade, o cultivo de soja concentrou 137 solicitações, enquanto a criação de bovinos respondeu por 42.

Para Denis Barroso, sócio da Barroso Advogados Associados

Agência Brasil



Apesar da boa safra, setor enfrenta restrições ao crédito e alto custo

e especialista em recuperação empresarial, o aumento das recuperações está mais relacionado à estrutura financeira dos negócios do que à capacidade produtiva. “O produtor não está

necessariamente produzindo menos. Em muitos casos, a produtividade continua elevada. O problema é que ele recebe menos por sua produção enquanto os custos para plantar, financiar e

operar cresceram significativamente”, afirmou.

Barroso destaca que juros elevados e maior seletividade dos bancos mudaram a dinâmica de financiamento do setor. “Hoje o custo do dinheiro se tornou um dos maiores desafios para o agronegócio”, disse. Segundo ele, a combinação de crédito mais caro, menor liquidez e preços voláteis das commodities tem comprimido as margens e dificultado a manutenção do capital de giro.

A pressão financeira também se reflete na inadimplência. De acordo com a Serasa Experian, 8,2% dos produtores rurais apresentavam atrasos superiores a 180 dias em seus compromissos financeiros.

Produção recorde

A expectativa de uma safra de grãos próxima de 360 milhões de toneladas em 2025/26 evidencia o contraste entre produtividade e saúde financeira. Para Barroso, “eficiência operacional não garante sustentabilidade financeira quando o custo do capital cresce de forma significativa”.

O especialista avalia que a recuperação judicial deve ser utilizada apenas depois de outras alternativas, como renegociação de dívidas, revisão da operação, venda de ativos e busca por investidores. “O erro mais frequente é esperar que a crise se torne praticamente insolúvel”, afirmou.

O cenário não é exclusivo do agronegócio. Em 2025, 2.273 empresas de diferentes setores recorreram à recuperação judicial, segundo a Serasa Experian, também o maior número da série histórica.

Para Benito Pedro, sócio da Avante Assessoria Empresarial e especialista em reestruturação, o ambiente exige maior controle sobre caixa e endividamento. “O desafio deixou de ser apenas crescer; passou a ser crescer de forma sustentável, preservando liquidez e capacidade de investimento”.

Com juros, crédito e preços das commodities ainda determinantes para o desempenho do setor, a avaliação dos especialistas é que a gestão financeira e a renegociação preventiva serão decisivas para evitar que dificuldades de caixa evoluam para insolvência ao longo de 2026.